

FMI: governo volta a

O presidente do Banco do Brasil Fernão Bracher diz que o acordo com o Fun

Dívida Externa

JORNAL DA TARDE -

falar em acordo.

ido sai, no máximo, até o primeiro semestre de 1986.

Exigências dos bancos para criação do fundo de empréstimos

A.M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

Os grandes bancos internacionais aprovaram em geral o "plano" do secretário do Tesouro dos Estados Unidos para criar novo impeto de crescimento nos países devedores através de reformas estruturais e aumento dos empréstimos, mas não se comprometeram em participar do plano até que conheçam melhor o que os governos e as instituições multilaterais pretendem fazer. Já a partir da próxima semana, o Instituto de Finanças Internacionais, uma organização que representa os bancos privados, começará a constituir grupos de trabalho para estudar como o plano poderia ser executado e se valeria a pena criar um fundo fiduciário para canalizar os empréstimos das pequenas instituições, que se encontram mais renitentes.

Numa entrevista à imprensa ontem, o diretor-gerente do Instituto de Finanças Internacionais, André de Lattre, disse que os representantes de 58 bancos de diversos países que participaram da reunião fechada de anteontem com funcionários do Tesouro dos EUA, da Junta da Reserva Federal, do FMI, do Banco Mundial, da IFC, e do BID, "receberam bem a idéia de um tratamento coordenado (do problema da dívida), juntamente com um esforço renovado dos países devedores e apoio dos governos dos países industrializados, e um papel ampliado das instituições financeiras internacionais, particularmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento".

O objetivo do encontro foi discutir a proposta apresentada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, em Seul, durante a assembleia do FMI e do Banco Mundial, no sentido de que o Banco Mundial e o BID emprestem mais 9 bilhões de dólares e os bancos privados emprestem 20 bilhões de dólares líquidos aos 15 principais países devedores no curso dos próximos três anos. Esses países são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela, Costa do Marfim, Marrocos, Nigéria, Iugoslávia e Filipinas. Caberia aos bancos privados menos de 7 bilhões de dólares e às instituições multilaterais, 3 bilhões por ano.

Tabela encolhida

O diretor do instituto divulgou tabelas mostrando como os empréstimos líquidos dos bancos para o conjunto dos 15 devedores que precisam de assistência especial (12 outros devedores importantes estão fora do plano) encolheram nos últimos dois anos, tornando-se negativos em 85. Em 1981, esses 15 países receberam um total de 48,5 bilhões de dólares dos bancos comerciais em novos empréstimos líquidos. Em 1982, esses empréstimos caíram para 32,4 bilhões, em 1983 para 11,1 bilhões, em 1984 para 9 bilhões e em 1985 para menos 2,3

bilhões. O valor de 1985 é estimado. Mas os países que vinham mantendo acordos com o Fundo Monetário Internacional e precisaram de dinheiro novo ainda receberam empréstimos líquidos dos bancos comerciais. Houve empréstimos líquidos de dois bilhões de dólares para sete deles, disse De Lattre. "Os números mostram", sublinhou, "que, quando os países estão caminhando na direção certa, os empréstimos aumentam". O sinal negativo dos fluxos de 1985 para os 15 países mais atingidos decorreu principalmente do pagamento do principal pela Nigéria, no valor de 1,7 bilhão de dólares. Aliás, este ano, o México também deveria pagar 950 milhões de dólares de amortizações, mas pediu que o pagamento fosse adiado devido ao terremoto que sofreu há pouco mais de um mês.

Para o grupo dos outros 12 países devedores em melhor situação, os bancos comerciais concederam empréstimos líquidos de 6,1 bilhões de dólares em 1985. Esses países são: Argélia, Egito, Grécia, Hungria, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Portugal, Formosa, Tailândia, Tunísia e Turquia.

Nossa dívida

As tabelas do instituto revelam ainda que, em 1984, o Brasil devia 72,2 bilhões de dólares aos bancos comerciais, dos quais 24,8 bilhões (ou 33,7%) aos bancos norte-americanos. O instituto projeta que a dívida total do Brasil será de 103,5 bilhões de dólares em 1985 e que a parte devida aos bancos chegará a 73,4 bilhões de dólares ou 70,9% do total.

No conjunto, os 15 países mencionados no final de 1984 deviam um total de 427,5 bilhões de dólares. Só aos bancos comerciais deviam 275,3 bilhões, ou 64,4% do total da sua dívida externa. Aos bancos norte-americanos esses países deviam no final do ano 94,2 bilhões de dólares, ou 34,2% do total da dívida para com os bancos. Portanto, como observou André de Lattre, a dívida desses países não é exclusivamente um problema dos bancos norte-americanos, nem mesmo no que diz respeito aos países da América Latina.

O país que deve mais aos bancos norte-americanos como proporção do total da dívida para com os bancos é a Colômbia e não chega à metade do total (41,5%), seguida de perto pelo Peru e pelo Uruguai. No final de 1984, a Argentina devia aos bancos norte-americanos apenas 8,4 bilhões de dólares ou 26,3% de sua dívida de 32 bilhões para com os bancos comerciais (sua dívida total era então de 47,8 bilhões).

De Lattre disse que os banqueiros privados desejam receber mais informação sobre o papel que as instituições multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BID, representarão a partir de agora. Desejam também que os go-

vernos se envolvam mais na questão da dívida, especialmente no financiamento das exportações dos países em desenvolvimento, e na supressão dos obstáculos legais à ampliação dos empréstimos dos bancos. Bancos japoneses e de alguns países europeus não têm tratamento tributário tão generoso quanto os suíços. Nos Estados Unidos, os regulamentos tornam-se mais restritivos no que diz respeito à formação de reservas para devedores duvidosos, disse um membro do instituto ontem.

Papel de Bird

No que diz respeito às instituições multilaterais, as conversas de anteontem giraram em torno de como o Banco Mundial poderá acelerar seu programa de empréstimos para ajustamento estrutural e setorial e desembolsá-los mais rapidamente, como vem fazendo para alguns países do grupo (o Brasil foi particularmente beneficiado desde 1982 e esbarra agora no limite de empréstimos que o Banco Mundial pode fazer para cada país-membro).

Do total de três bilhões de dólares de empréstimos adicionais por ano nos próximos três anos que o secretário do Tesouro projeta para as instituições multilaterais, o Banco Mundial se encarregaria de 65% e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 35%.

O Fundo Monetário International, disse De Lattre, continuaria exercendo um papel importante no processo como fornecedor de recursos de curto prazo para ajustamento de balanço de pagamentos e na orientação das políticas econômicas a serem seguidas pelos países devedores que com ele tenham programas normais ou simplesmente acordos de supervisão ampliada. Há países que não precisam do FMI, explicou, e citou os casos do México, Venezuela e Colômbia. Para os demais, o Fundo continuaria exercendo papel central, disse.

De Lattre disse que a idéia do "superbanco", que seria criado para coordenar os empréstimos dos pequenos bancos privados que lutam em continuar participando dos empréstimos às nações devedoras, "é muito vaga". É melhor usar a expressão fundo fiduciário, disse De Lattre. Seus recursos seriam constituídos pelos pequenos bancos, segundo um dos esquemas sendo cogitados, ainda em estágio muito embrionário.

Uma outra idéia seria utilizar a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (Miga), que está sendo formada pelo Banco Mundial, para garantir empréstimos. A Agência destina-se originalmente a garantir investimentos diretos contra riscos políticos, mas, segundo funcionários do Instituto de Finanças Internacionais poderia ser usada também eventualmente para garantia de empréstimos. "Mas cabe ao Banco Mundial dizer o que pre-

tende fazer", disse De Lattre. "Ainda não temos idéia de como esse fundo fiduciário funcionaria, mas provavelmente assumiria o risco dos bancos pequenos."

Um por um

De Lattre disse que a estratégia de se tratar cada país individualmente ainda permanece e que os comitês de assessoramento dos bancos continuarão exercendo papel central nesse processo. Entretanto, o instituto que dirige "quer ajudar a clarificar essas questões e conversar com os bancos fora dos Estados Unidos". A afirmação de De Lattre parece desautorizar as especulações em torno do desaparecimento dos comitês de assessoramento dos bancos.

Já na próxima semana o instituto organizará grupos de trabalho que cuidarão de examinar o papel do Banco Mundial e do Banco Interamericano no apoio aos países devedores, a idéia de criação de um fundo fiduciário e a instituição de garantias pelos governos dos países ricos para o financiamento das importações e exportações dos devedores.

No dia 20 de novembro, De Lattre participará pessoalmente de um encontro do Clube de Paris, que trata da questão da dívida oficial no plano de governo a governo. No dia 25 de novembro, haverá reunião do grupo de trabalho formado por entidades dos Estados Unidos, Europa e Japão, para estudar o problema dos regulamentos das atividades bancárias. Outro grupo cuidará do seguro dos empréstimos bancários. Nos dias 27 e 28 de janeiro, em Washington, o instituto realizará sua reunião ordinária, como estava programado. Nesse meio tempo, bancos europeus e japoneses estarão reunindo-se por conta própria.

Quando se lembrou a De Lattre que o envolvimento oficial nas questões de financiamento do comércio exterior de um país como o Brasil, por exemplo, havia malogrado (a linha de garantias e seguros aberta pelo Eximbank não foi usada pelo governo e pelas empresas do Brasil) e que não havia nada realmente novo nessas propostas, a não ser a idéia que ele próprio considerava muito vaga de se criar um "superbanco" (nome que não aprova), o diretor do instituto respondeu que "há necessidade de ênfase". Disse que os bancos precisam aumentar seus empréstimos e que as instituições internacionais precisam descobrir novas modalidades de empréstimos, como os estruturais e setoriais.

De Lattre deixou claro que os países devedores que não jogarem de acordo com as regras não receberão dinheiro novo dos bancos. Lembrou o discurso de Baker para reafirmar que o plano se destina às nações que seguem as políticas recomendadas.

O Peru pode ficar sem crédito

Os bancos norte-americanos que fizeram empréstimos ao Peru deverão estabelecer reservas especiais para cobrir eventuais perdas, segundo ordem do organismo federal dos

Estados Unidos que regulamenta a atividade bancária. Isso significa que o Peru dificilmente poderá obter novos créditos até que a ordem seja revista. O país não paga juros desde junho.

O governo brasileiro assinará com o Fundo Monetário International um acordo neste final de ano ou até o primeiro semestre de 1986, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, enquanto o ministro do Planejamento, João Sayad, considerava "interessante mas prematuro" um pedido de US\$ 3,5 bilhões de empréstimo à comunidade financeira internacional.

Não sendo possível um acordo plurianual (de 14 anos) com os bancos credores, o País poderá assinar um de curto prazo, para vigorar apenas um ano, "e não temos preconceito quanto a isso", disse Bracher, na abertura do 3º Encontro dos Economistas do Banco Central, em Brasília.

O presidente do Banco Central disse não ver motivos para que o Brasil não acerte com o FMI:

— Não é blague, pois iremos com os melhores números.

Afirmando que o acordo com o Fundo é um problema imediato que tem de ser enfrentado com realismo e com pensamento positivo, comentou que "não vejo como não nos entendermos".

Já em relação aos bancos, Bracher assinalou que não deverá ocorrer problema incontornável:

— Nós estamos inseridos no sistema mundial e tiraremos maior proveito possível dele. Temos interesses inter-relacionados. Há abundância de recursos.

Para o presidente do BC, na negociação do estoque da dívida será tomado o devido cuidado para resguardar a "soberania nacional".

Bracher destacou que "os economistas do Depec (Departamento Econômico do Banco Central) não devem se constituir em apenas um depositário de dados, mas também exercer um papel de elaborador de políticas". Conclamou o pessoal a se voltar para a realidade, "porque a tentação da teoria é extraordinária", entrando logo a seguir no problema da dívida externa. Enfatizou que existe um ajuste interno a fazer (redução do déficit público, por exemplo), mas chamou a atenção para a tendência que os economistas manifestam de separar a economia interna da externa. Assim, lembrou que os US\$ 13 bilhões de superávit comercial em 1984 foram conseguidos a custo de muito sacrifício da economia interna.

Novo empréstimo

Fontes qualificadas do Ministério da Fazenda confirmaram que o governo deseja obter um empréstimo entre US\$ 3 e 4 bilhões, para com isso limitar a transferência líquida de recursos do País para o Exterior, abrir espaços para o crescimento das importações e o fortalecimento das reservas.

Assim, reiteraram essas fontes, serão aliviadas as pressões do setor público no mercado financeiro doméstico, contribuindo para a redução das taxas de juros. Isso, por sua vez, possibilitará uma retomada maior dos investimentos privados e redução do déficit operacional do governo.

A respeito do plano do secretário de Estado norte-americano James Baker III, de que os bancos comerciais devem emprestar US\$ 20 bilhões e as instituições multilaterais, mais US\$ 9 bilhões para um conjunto de 15 países devedores, nos próximos três anos, o ministro Sayad limitou-se a dizer que "é um primeiro passo". Depois, explicaria que o plano, considerando a América Latina como um todo, é insuficiente para resolver a atual crise de endividamento.